

SABERES E PRÁTICAS DE MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS EM AGROECOLOGIA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Angélica Servegnini de Wallau¹

 <https://orcid.org/000-0001-9277-7922>

Josiane Carine Wedig²

 <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

Melissa Barbieri de Oliveira³

 <https://orcid.org/0009-0003-5804-0793>

RESUMO

Nesta pesquisa, examinamos os conhecimentos e práticas agroecológicas de mulheres agricultoras camponesas no Sudoeste do Paraná, destacando a marginalização dos saberes não europeus pela colonialidade do saber. A agroecologia é reconhecida como uma valorização desses saberes, desafiando o sistema moderno colonial e promovendo a interconectividade entre os seres vivos. Discutimos a adoção gradual das práticas agroecológicas pelas agricultoras, apoiadas por organizações regionais, e os desafios enfrentados durante essa transição, enfatizando a importância da redução do uso de agrotóxicos. Concluimos que a agroecologia é uma via sustentável que beneficia a saúde, economia e meio ambiente, desafiando a colonialidade do poder e do saber. Destacamos ainda a transmissão intergeracional dos saberes e práticas agroecológicas, contribuindo para alimentos saudáveis, preservação da natureza e construção do conhecimento local. Esta pesquisa revela a complexa interação entre a ação humana e o meio ambiente, enfatizando a agroecologia como uma alternativa saudável e respeitosa com a natureza.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras Camponesas. Agroecologia. Saberes e Práticas.

KNOWLEDGE AND PRACTICES OF PEASANT WOMEN FARMERS IN AGROECOLOGY ABSTRACT IN SOUTHWEST PARANÁ

ABSTRACT

In this research, we examine the agroecological knowledge and practices of peasant women farmers in Southwest Paraná, highlighting the marginalization of non-European knowledge by the coloniality of knowledge. Agroecology is recognized to value this knowledge, challenging the modern colonial system and promoting interconnectivity among living beings. We discuss the gradual adoption of agroecological practices by women farmers, supported by regional organizations, and the challenges faced during this transition, emphasizing the importance of reducing pesticide use. We conclude that agroecology is a sustainable path that benefits health, the economy, and the environment, challenging the coloniality of power and knowledge. We also highlight the intergenerational transmission of agroecological knowledge and practices, contributing to healthy food, nature preservation, and the construction of local knowledge. This research reveals the complex interaction between human action and the environment, emphasizing agroecology as a healthy and respectful alternative to nature.

Keywords: Peasant Women Farmers. Agroecology. Knowledge and Practices.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco, Paraná. E-mail: angelicawallau@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: josiwedig@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Humanas. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão, Paraná. E-mail: melissa.oliveira@unioeste.br.

CONOCIMIENTOS Y PRÁCTICAS DE MUJERES AGRICULTORAS CAMPESINAS EN AGROECOLOGÍA EM EL SUDOESTE DE PARANÁ

RESUMEN

En esta investigación, examinamos los conocimientos y prácticas agroecológicas de las mujeres agricultoras campesinas en el Sudoeste de Paraná, destacando la marginación de los saberes no europeos por la colonialidad del saber. La agroecología es reconocida como una valorización de estos saberes, desafiando el sistema moderno colonial y promoviendo la interconectividad entre los seres vivos. Discutimos la adopción gradual de las prácticas agroecológicas por parte de las agricultoras, apoyadas por organizaciones regionales, y los desafíos enfrentados durante esta transición, enfatizando la importancia de reducir el uso de agrotóxicos. Concluimos que la agroecología es una vía sostenible que beneficia la salud, la economía y el medio ambiente, desafiando la colonialidad del poder y del saber. También destacamos la transmisión intergeneracional de los saberes y prácticas agroecológicas, contribuyendo a alimentos saludables, preservación de la naturaleza y construcción del conocimiento local. Esta investigación revela la compleja interacción entre la acción humana y el medio ambiente, enfatizando la agroecología como una alternativa saludable y respetuosa con la naturaleza.

Palabras clave: Mujeres Agricultoras Campesinas. Agroecología. Conocimientos y Prácticas.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscamos identificar e compreender os saberes e práticas mobilizados pelas mulheres agricultoras camponesas em suas vivências na agroecologia. O foco principal reside na análise dos saberes e atividades das mulheres dentro deste contexto, abrangendo não apenas o manejo do solo e das plantas, mas também outras dimensões relevantes de suas vivências. É essencial destacar que nossa pesquisa é embasada nos conceitos de Donna Haraway (1995), que questiona a objetividade da ciência e das relações de poder, enfatizando a importância de considerar todas as experiências das mulheres agricultoras camponesas na agroecologia como formas de sabedoria e resistência. Além disso, as vivências das mulheres vinculadas à COOPERVEREDA, na região Sudoeste do Paraná, são o ponto focal para a investigação. Para isso, realizamos uma pesquisa de inspiração etnográfica, utilizando observação participante e entrevistas semiestruturadas com agricultoras da cooperativa, considerando suas experiências e relatos como elementos centrais da análise.

Diversas comunidades ao redor do planeta criaram diferentes métodos de cultivo, interagindo com plantas, animais, solo, água, estabelecendo suas culturas locais. No entanto, esses múltiplos modos de saberes e práticas agrícolas começaram a ser intensamente alterados com a instituição da *Plantation*. Esse modelo apropriou os povos indígenas de suas terras, desprezando seus saberes e relações que estabeleciam com outros seres. Esse modo de produção foi inaugurado com o colonialismo e a expansão do sistema capitalista, empreendida por homens brancos, europeus e cristãos, que empregando a violência, autodefiniram-se como superiores e estabeleceram a Europa

como centro e todos os demais territórios como periferia, disseminando um modelo hegemônico de ser e estar no mundo (Quijano, 2005).

Quando os europeus entraram nesse território, destruíram e invisibilizaram uma diversidade de saberes, histórias, memórias, cosmovisões e linguagens que coexistiam, estabelecendo hierarquias retratadas em questões raciais, patriarcais e geopolíticas (Quijano, 2005). Tal modelo se tornou ainda mais hegemônico no século XX, com a grande aceleração que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, e que na agricultura foi denominada como Revolução Verde. Esse sistema dominante definiu os humanos como superiores aos demais seres – que foram transformados em recursos naturais que poderiam ser convertidos em capital (Wezel et al., 2009; Siliprandi, 2015). Além disso, a Revolução Verde não foi apenas um fenômeno europeu, mas também um projeto geopolítico impulsionado pelos Estados Unidos, consolidando um modelo dependente de tecnologias industriais e do controle das corporações transnacionais sobre a produção agrícola, especialmente na América Latina (Shiva, 2003).

A modernização da agricultura, fundada na mercantilização da natureza e do conhecimento, exclui os saberes classificados como contrários aos do chamado moderno, desprezando as práticas das agriculturas dos povos e das comunidades camponesas. É um modelo que causa diversos danos ambientais, devido ao desmatamento e ao uso de agroquímicos poluentes. Em meio a isso, grupos de famílias agricultoras resistem a esse sistema, criando outras formas de (r)existir. Dentre esses movimentos, está o movimento agroecológico que, desde os anos de 1970, realiza oposição à agricultura moderna e colonial. A agroecologia é constituída por meio do fortalecimento de conhecimentos diversos sobre agriculturas, e busca reaproximar a relação entre natureza e sociedade. Diferente da agricultura modernizada, a agroecologia não se baseia apenas na produtividade, mas na construção coletiva de conhecimentos que envolvem saberes camponeses, indígenas e tradicionais, reconhecendo a diversidade de práticas e culturas (Siliprandi, 2015).

Voltada para a sustentabilidade e um relacionamento mais integrado com os seres que coabitam o planeta, a agroecologia, alinhada ao feminismo, propõe uma ruptura do modelo patriarcal de sociedade, a partir da valorização do trabalho realizado pelas famílias agricultoras, em especial, pelas mulheres. Desse modo, opõe-se à agricultura convencional, que condiciona as mulheres a um lugar de subordinação e faz persistir, no âmbito familiar e produtivo, processos que perpetuam relações de gênero desiguais e que reforçam discriminações e violências. Pensando nisso, esta pesquisa se deu através da perspectiva dos estudos de gênero, fundamentalmente do feminismo decolonial. Pensando nisso, esta pesquisa se deu através da perspectiva dos estudos de gênero, fundamentalmente do feminismo decolonial, entendendo que a subalternização das mulheres no campo não pode ser dissociada das dinâmicas coloniais que estruturam a sociedade (Lugones, 2014; Siliprandi, 2015).

O modelo capitalista de produção agrícola, orientado na lógica economicista e em uma visão euro-nortecentrada para implementação de políticas de desenvolvimento, reproduz o que Vandana Shiva (2003) denominou como projetos de homogeneização do mundo. Emma Siliprandi (2015) afirma que esse modelo causa graves problemas sociais e ambientais — como o êxodo rural, a concentração de terras e de renda, o desmantelamento de comunidades tradicionais, a perda de biodiversidade e a contaminação dos alimentos.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os saberes e as práticas em agroecologia, de mulheres agricultoras camponesas, e se/como estes (re)configuram papéis sociais de gênero. Para isso, buscamos compreender os saberes e as práticas agroecológicas aprendidas, criadas e propagadas pelas mulheres agricultoras camponesas da COOPERVEREDA. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, inspirada na etnografia, permitindo acompanhar as experiências das mulheres agricultoras e a complexidade envolta em seus saberes e práticas. Para isso, utilizamos a observação participante e o diálogo constante com as agricultoras, valorizando seus relatos e compreendendo as diferentes formas de transmissão de conhecimento no contexto agroecológico.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, apresentamos um panorama sobre as relações entre colonialismo, gênero e saberes agroecológicos, situando a agroecologia como um espaço de resistência e (re)existência das mulheres agricultoras. Em seguida, descrevemos a metodologia adotada, detalhando o processo de pesquisa junto às mulheres da COOPERVEREDA. Nos resultados e discussões, analisamos as práticas agroecológicas das agricultoras, seus significados e as relações de gênero que emergem nesse contexto. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre os desafios e as potencialidades das mulheres camponesas no fortalecimento da agroecologia e na resignificação dos papéis de gênero no campo.

COLONIALIDADE DO SABER QUE INCIDE SOBRE AS MULHERES AGRICULTORAS CAMPONESAS

No colonialismo, os conhecimentos dos povos colonizados foram considerados irracionais frente aos conhecimentos dos colonizadores, que se autoproclamaram como racionais e científicos. A colonialidade do saber, pautada no eurocentrismo, apagou memórias, ontologias e epistemologias desses povos, inclusive extinguindo suas línguas, pois conhecimento e comunicação são inseparáveis. Esse processo, ao lado do genocídio, constituiu também um epistemicídio, eliminando não apenas vidas, mas também o conhecimento e a espiritualidade das comunidades colonizadas (Grosfoguel, 2016).

Segundo Edgardo Lander (2005) e Luciana Ballestrin (2013), a colonialidade do saber implica uma hierarquia entre conhecimentos que emergiu durante o colonialismo. Nesse período, o saber europeu foi considerado superior em relação aos conhecimentos dos povos colonizados. Tal

hierarquização desencadeou uma divisão internacional do trabalho intelectual, relegando os países colonizados a posições subalternas na produção de conhecimento, considerado por eles como subjetivo e inferior, em contraste com a suposta objetividade e cientificidade do saber colonizador. Essa discriminação manifestou-se, por exemplo, na imposição de línguas estrangeiras como oficiais e na exclusão dos saberes tradicionais dos currículos escolares, culminando na perda de inúmeros conhecimentos das culturas marginalizadas (Lander, 2005).

Catherine Walsh (2012) critica o modelo epistêmico europeu por sua visão linear e progressiva da história, onde o conhecimento científico é considerado o ápice do desenvolvimento humano. Para a autora, a colonialidade do saber afeta diversas dimensões da vida social, incluindo educação, mídia, economia, política e cultura, perpetuando a supressão e marginalização de outras formas de saber, como aqueles dos povos indígenas, afro descendentes e camponeses, frequentemente rotulados como inferiores e não científicos.

Nesta pesquisa, destacamos a relevância da análise da colonialidade do saber, especialmente ao observar como os conhecimentos das agricultoras camponesas foram depreciados pelo modelo dominante de agricultura, pautado em uma estrutura patriarcal. A modernização agrícola impôs práticas que desconsideram a relação com os ciclos naturais e que desqualificam saberes historicamente construídos por mulheres camponesas, tratando-os como superstição ou atraso. Contudo, percebemos que a agroecologia possibilita a (re)valorização desses conhecimentos, promovendo um resgate das práticas ancestrais e, ao mesmo tempo, permitindo a troca e a construção coletiva de novas formas de manejo sustentável (Moreira; Ferreira; Siliprandi, 2018; Cardoso; Rodrigues, 2019).

Os saberes das agricultoras camponesas, transmitidos através das gerações, consideram aspectos também usados na agroecologia, como as fases da lua e a observação do tipo de plantas espontânea para determinar qual procedimento deve ser realizado para o manejo do solo, além do uso de compostos naturais para o controle de pragas e doenças (Altieri, 2001). Dessa forma, "[...] a gente está pegando e resgatando lá do fundo o que tinha sido deixado, porque como vieram os agrotóxicos e todo mundo usava, era mais fácil. E hoje a gente lembra do tempo das avós, do cultivo das plantas na lua certa para não carunchar [...]", relata Lavanda (entrevista, 2022). Além disso, Flor de Lis expressa que:

Ah, eu gosto de testar muita coisa. Eu testei várias coisas para as minhas mudinhas lá que a gente faz. No começo a gente não conseguia fazer pegar, meu Deus, os alecrins, principalmente [...] Agora não, a gente descobriu a lua certa e com isso o pezinho, que a gente planta, nasce (Flor-de-lis, entrevista, 2022).

Esses saberes foram considerados marginais pela agricultura modernizada, que é homogênea e não considera a biodiversidade e as vivências dos povos indígenas, camponeses e tradicionais. No

entanto, ao praticá-los, essas mulheres não apenas resgatam conhecimentos, mas também constroem novas formas de relação com a terra e com os seres vivos. Modos de vida diversos do sistema-mundo moderno colonial são práticas ancestrais de conexão entre humanos e outros seres, que reconhecem a todos como indispensáveis para a continuidade da vida no planeta (Petersen, 2013; Guazzelli; Ribeiro, 2016).

Marisol de La Cadena (2018) desafia a visão predominantemente antropocêntrica na academia e na sociedade em geral, destacando a importância de reconhecer e dar voz às entidades não humanas e às comunidades tradicionais que mantêm uma relação íntima com a natureza. Seu trabalho promove uma ética de interconexão e justiça entre todas as formas de vida, desafiando a concepção que trata os não humanos como meros objetos. Ela exemplifica com o caso de uma agricultora no Peru que lutou contra uma empresa mineradora em defesa da montanha e do lago em suas terras, percebendo esses elementos como parte de sua própria família, não apenas como recursos. Assim como essa agricultora, denominada Máxima, muitas outras enfrentam desafios semelhantes, lutando por suas terras e famílias, embora o sistema moderno colonial não consiga compreender ou integrar plenamente suas complexidades e conexões com outros seres não humanos (La Cadena, 2018)

Em termos semelhantes, a interlocutora Flor de Maracujá explica que:

Ser agroecológico é um sentimento. Sou agroecológica porque penso e quero um mundo assim, eu quero o bem para os outros, até para aqueles que eu não conheço, que eu nunca vi. Eu quero que eles tenham direito a uma alimentação saudável, eu quero que as futuras gerações tenham direito a um mundo melhor, a um ambiente saudável, a um planeta normal. Não como o período que estamos vivendo agora, nós já estamos sofrendo consequências do desequilíbrio da natureza. E independente de quem seja, eu desejo o bem. Mas a gente percebe que tem pessoas que só trabalham com produtos agroecológicos, porque o produto vale 30% a mais. Infelizmente tem isso (Flor de Maracujá, entrevista, 2022).

Neste contexto, as consequências do pacote modernizante da agricultura podem ser consideradas como violências contra os seres que coabitam o planeta, além de reproduzir a colonialidade que transpassa as relações entre humanos e não humanos (Siliprandi, 2015; Leff, 2013; Escobar, 2015). As agricultoras camponesas, com as quais dialogamos na pesquisa, são terminantemente contra as técnicas agrícolas empregadas por seus vizinhos, adeptos de lavouras de monocultura e do pacote de insumos químicos como demonstra a fala de Magnólia:

[...] eles foram lá e arrancaram tudo para plantar grãos. Eu sou contra isso. Tem vertentes e nascentes aqui. E foi nesse lugar que o pessoal trancou tudo, aterrou tudo. Acabou com a água. Eu sou contra isso, também (Mongólia, entrevista, 2022).

Outro exemplo foi encontrado em uma conversa com Flor de Maracujá, enquanto ela nos mostrava uma planta totalmente danificada pelo uso de insumos químicos, usados por seus vizinhos. Na ocasião, refletimos sobre as práticas de seus vizinhos, adeptos de lavouras de monocultura. Ela, ainda, apontou a dependência externa dessas/es agricultoras/es, que precisam comprar diversos

produtos químicos para tratamento do solo, sementes transgênicas, agrotóxicos para combater insetos e diversos outros tipos de insumos que são controlados por grandes empresas, muitas vezes internacionais (Siliprandi, 2015; Caporal, 2009).

Um dia os homens passaram veneno, no dia seguinte eu vim aqui estava desse jeito. Pensa, olha isso aqui totalmente cozido. Olha aqui [mostrando o dano nas folhas]. Esses galhos aqui eu tenho que eliminar, que não vai produzir [...] e eu luto tanto, tanto para pôr isso na cabeça das pessoas, quanto para eles entenderem que a gente está virando escravo das sementeiras, das produtoras de semente, que quanto mais você fica dependente da semente, mais aumenta o preço. Aí dizem: ‘ah, mas e se não é híbrida e se não é transgênica, não produz mais?’. É conversa fiada, sabe? É coisa que colocam na cabeça das pessoas (Flor de Maracujá, entrevista, 2022).

Por meio do contato com as agricultoras camponesas agroecológicas, observou-se uma compreensão diferenciada da natureza e uma crítica ao modelo agrícola hegemônico, evidenciando formas de resistência às dinâmicas de opressão. Os exemplos dessas mulheres, que em distintos territórios, produzem resistências diante das formas de opressão. Elas criam resistências, por meio da agroecologia. Esse movimento pode não transformar, de imediato, as relações de poder pautadas no gênero, raça e classe e outros marcadores de desigualdades, mas mostra que existem outros mundos possíveis. Na próxima seção, apresentamos a atuação das agricultoras agroecológicas em seus quintais, construindo suas vivências em agroecologia na região da pesquisa.

MULHERES VIVENCIANDO E CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Em nossas vivências em agroecologia, sempre que conhecemos uma mulher, mais cedo ou mais tarde, perguntamos como a agroecologia encontrou-a e o que ela entende por agroecologia. E isso é importante, sobretudo para esta pesquisa, pois nos permite olhar e perceber suas vivências através de lugares e lentes que não são as nossas. Esse processo de escuta é fundamental para compreender os percursos de cada agricultora e como suas trajetórias dialogam com a agroecologia. A pesquisa contou com nove (9) mulheres agricultoras camponesas agroecológicas vinculadas à COOPERVEREDA como interlocutoras principais. Além disso, a participação esteve aberta a todas as agricultoras vinculadas à cooperativa, sendo que a seleção das participantes ocorreu voluntariamente.

Fundada em 2015, a COOPERVEREDA surgiu da necessidade de formalização da atividade coletiva para viabilizar a comercialização de alimentos em mercados institucionais, como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Antes da formalização da cooperativa, os(as) agricultores(as) se organizavam como a Associação de Produtores Agroecológicos do Verê (APAVE), fundada em 2001, com foco na organização da produção e comercialização. Na época da coleta de dados, a COOPERVEREDA tem 46 famílias associadas, sendo que 22 já são certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia, algumas estão em

processo de transição e outras inativas (principalmente compostas por pessoas idosas). A cooperativa Comercializa alimentos in natura e processados, incluindo verduras, hortaliças, frutas, ervas medicinais e temperos, além de possuir uma agroindústria inaugurada em 2009, onde são processados produtos como conservas, compotas e geleia. A cooperativa tem forte vínculo com organizações da agroecologia, incluindo o CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e a Rede Ecovida.

As agricultoras que integram a pesquisa possuem trajetórias diversas, marcadas por histórias de pertencimento à terra, desafios cotidianos e processos de transformação através da agroecologia. A maioria delas tem a agricultura como sua principal ocupação, mas essa identidade se entrelaça com outras funções, como o trabalho doméstico, o cuidado com familiares e, em alguns casos, a realização de atividades externas para complementar a renda. A titularidade da terra, no entanto, ainda é um obstáculo que define relações de poder dentro das propriedades: poucas mulheres possuem a propriedade registrada em seu nome, e muitas compartilham o uso da terra com os maridos, pais ou sogros, o que as mantém em uma posição de vulnerabilidade frente às decisões sobre o que plantar, como produzir e para onde destinar a produção. Ainda que sejam elas as principais responsáveis pelo cultivo e pela gestão da produção agroecológica, frequentemente são os homens que aparecem formalmente como associados da cooperativa, acessam créditos rurais e estabelecem os contratos de venda. Esse cenário reflete o que já observamos em tantas outras realidades camponesas, onde o trabalho das mulheres é essencial, mas historicamente desvalorizado. Assim, a presença das agricultoras na agroecologia vai além do cultivo da terra: trata-se de um processo de afirmação enquanto trabalhadoras, que enfrentam desigualdades estruturais e constroem, no dia a dia, novas formas de resistência e autonomia.

Embora muitas dessas agricultoras tenham crescido no meio rural, suas trajetórias na agroecologia não são homogêneas. Algumas trazem consigo práticas transmitidas ao longo das gerações, aprendendo com mães e avós formas de manejo da terra que respeitam os ciclos naturais, enquanto outras tiveram o primeiro contato com a agroecologia já na vida adulta, através de redes de troca e processos de transição mediados por organizações como o CAPA e a ASSESOAR. Esse aspecto nos leva a problematizar a noção de ancestralidade nos saberes agroecológicos. Para algumas agricultoras, a agroecologia representa uma continuidade de conhecimentos historicamente praticados no campo, ressignificados dentro de um contexto de resistência. Para outras, no entanto, trata-se de um aprendizado adquirido em processos coletivos, construído em diálogo com assessorias técnicas e grupos de formação que orientam a transição agroecológica. O que se percebe é que a difusão desses saberes não ocorre de forma isolada, mas através das redes sociotécnicas que estruturam a agroecologia na região. Essas redes, formadas por cooperativas, movimentos sociais e instituições de ensino, desempenham um papel essencial no acesso a informações sobre certificação,

mercados institucionais e manejo agroecológico, conectando as agricultoras a espaços de troca e aprendizagem coletiva. Assim, suas experiências revelam que a agroecologia é, ao mesmo tempo, um resgate e uma reconstrução, um processo contínuo de articulação entre saberes tradicionais, conhecimentos técnicos e práticas experimentais que desafiam o modelo hegemônico da agricultura convencional.

Nesse sentido, em diálogo com Girassol (entrevista realizada em 2022), ela relatou que conheceu a agroecologia em 2001, por meio de iniciativas do CAPA. Em 2018, foi formalmente convidada a atuar na área, apesar de já comercializar produtos agroecológicos nas redes sociais há aproximadamente quatro anos. Girassol destaca que, desde a obtenção do selo orgânico, abandonou completamente o cultivo convencional e transgênico. Já Flor-de-lis (entrevista realizada em 2022) mencionou seu início na produção de cestas de alimentos em 1995, evoluindo para a colaboração em um projeto de mandioca sob incentivo do CAPA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ela enfatizou o cultivo orgânico de longa data da família, que incluía cenouras, milho e feijões, realçando o papel do CAPA na disseminação de informações sobre sementes crioulas e adubos orgânicos, fundamental para novos agricultores na transição para a agroecologia.

Flor de Maracujá e Flor de Cactos (entrevistas realizadas em 2022) refletem um percurso semelhante. Iniciaram a produção sem insumos químicos em 2008, mas só conheceram a agroecologia em 2010, através de um projeto da UNIOESTE. Flor de Maracujá (entrevista realizada em 2022) revelou que, apesar de já praticar a agricultura orgânica, desconhecia o termo agroecologia até então: "eu sempre trabalhei assim, só não sabia que tinha esse nome". Ela, também, afirmou que o professor coordenador do projeto perguntou se ela se considerava agricultora orgânica ou agroecológica, e ela respondeu:

[...] eu acho que sou mais agroecológica, porque o orgânico basta você não colocar químicos, não colocar veneno no produto, e o agroecológico é bem mais abrangente. Mas era assim, uma coisa que eu nunca tinha ouvido falar e ninguém tinha me questionado (Flor de Maracujá, entrevista realizada em 2022).

O contato com a universidade foi fundamental para compreender o significado da agroecologia, especialmente porque, na época, essa terminologia não era amplamente reconhecida entre os agricultores locais. A pesquisa realizada pelos estudantes da UNIOESTE fortaleceu sua produção agroecológica, evidenciando a importância das universidades na promoção da agroecologia na região. Esse aspecto dialoga com a análise de Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), que apontam que a agroecologia não se baseia apenas na ausência de químicos, mas em um modelo que incorpora práticas sustentáveis e relações sociais mais justas.

Outras agricultoras tiveram caminhos distintos, mas igualmente marcados pela interação com organizações e redes de apoio. Lavanda (entrevista realizada em 2022) descreveu sua introdução à

agroecologia durante uma reunião sobre cultivo livre de pesticidas, organizada por um vizinho e um técnico do CAPA. O encontro despertou seu interesse para novas técnicas, levando-a a integrar a COOPERVEREDA e a comercializar alimentos através da cooperativa. Seu envolvimento inicial estava voltado à pecuária leiteira e criação de ovelhas, mas, ao longo dos anos, diversificou sua produção para legumes e hortaliças, aprendendo por meio de experimentação e troca de conhecimentos. Mazoyer e Roudart (2010) ressaltam que essa troca de experiências entre agricultores é um dos elementos centrais na construção da agroecologia, pois possibilita um aprendizado prático e coletivo, baseado em realidades locais.

Magnólia (entrevista realizada em 2022) narrou que seu encontro com a agroecologia ocorreu através de uma amiga, destacando a importância da socialização de saberes entre as agricultoras. Com apoio da assistência técnica do CAPA, aprendeu a utilizar uma encanteiradora para manejar as ervas espontâneas e incorporá-las como adubo verde, reduzindo a dependência de insumos externos. Essa experiência demonstra que as agricultoras estão abertas à experimentação e à aprendizagem de técnicas que facilitam o trabalho no campo. Como apontam Guazzelli e Ribeiro (2016), a agroecologia não é apenas um resgate de práticas antigas, mas também uma prática dinâmica, que incorpora inovações baseadas no conhecimento tradicional.

A experiência de Margarida (entrevista realizada em 2022) evidencia outro fator relevante para a adesão à agroecologia: a influência das redes comunitárias e religiosas. Sua família iniciou a produção agroecológica em 2002, e a decisão foi motivada tanto por preocupações com saúde quanto por incentivos da igreja luterana, que, por meio do CAPA, oferecia suporte técnico e facilitava o acesso ao selo de certificação. Esse processo de transição para sistemas agroecológicos também envolveu desafios, como resistências internas à mudança, um aspecto que Siliprandi (2015) destaca como recorrente nas experiências de mulheres que impulsionam a agroecologia dentro de suas famílias.

Outras agricultoras relataram desafios na transição agroecológica. Alecrim (entrevista realizada em 2022) relatou que começou a trabalhar com agroecologia a partir de um curso oferecido pela ASSESOAR, em 1998. Antes disso, trabalhavam com agricultura convencional. Foi ela quem incentivou o marido a fazer o curso, já que ele tinha problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos, no entanto, a propriedade era da família de seu esposo e alguns parentes se opuseram às mudanças. Nesse relato, é possível observar o que Emma Siliprandi (2011) evidenciou, de que, geralmente, são as mulheres que têm a iniciativa de começar a produção agroecológica. Isso pode ser explicado pelo fato de que elas são as principais responsáveis pelo preparo das refeições e de cuidados com a saúde da família e, por isso, buscam alimentos livres de agrotóxicos para as suas famílias. Além disso, elas demonstram enorme empatia com outras famílias que consumirão aqueles alimentos.

O fato de haver oposição à transição ecológica, em alguns casos, como o relatado por Alecrim, pode estar relacionado às falácias disseminadas pelo processo de modernização da agricultura, as quais afirmam que a agricultura sem agroquímicos não é rentável. Rosa Vermelha (entrevista realizada em 2022), comentou que sua família e a do esposo trabalhavam com a agricultura convencional antes de começar a produção agroecológica, que se deu por meio de que um curso profissionalizante feito por seu esposo, em 2010. A terra em que trabalham é herança do esposo, e, como antes a família usava agrotóxicos, a transição agroecológica foi difícil, mas que era um sonho de seu esposo:

Ele já estava começando a querer implantar a agroecologia na terra da mãe dele, e o pai já era doente e a mãe aposentada, só tinha o irmão dele que tirava leite e plantava fumo, então usava veneno naquela roça de fumo, e no resto não. Na minha família, o pai usava desseccante para plantar milho, para fazer silagem e só, alguma coisa nos poteiros, mas ele demorou para começar a passar veneno nos poteiros. E sempre teve a horta e a plantação de comida para comer, sem veneno. Passava veneno nas roças em volta, mas ali nunca, sempre nas enxadas. [...] Antes do curso, ele [o esposo] também plantava fumo, e fumo é uma coisa que usa bastante veneno. No curso, ele aprendeu sobre agroecologia, gostou e quis levar para frente. Ele me apresentou, e quando casamos o sonho dele era fazer a propriedade agroecológica. Na época, ele tinha a terra, mas não tinha nada em cima (Rosa Vermelha, entrevista realizada em 2022).

Nesse relato, é possível perceber que existe uma crescente conscientização sobre a importância da agricultura ecológica e dos problemas associados aos agrotóxicos. As entrevistas demonstram que a implementação de práticas agroecológicas podem ser um processo desafiador e que, muitas vezes, requerem um investimento significativo de tempo, recursos e conhecimento especializado. As agricultoras camponesas demonstraram que há um desejo crescente de atuar na agroecologia, e que muitas famílias estão dispostas a aprender e a construir esse modo de vida.

O curso técnico em agropecuária, com ênfase em agroecologia e desenvolvimento rural, citado por elas, tinha como objetivo de capacitar jovens, indicadas/os pelas organizações camponesas, para atuar técnica e politicamente na região. O curso foi uma ação proposta pelo Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná e foi coordenado pela ASSESOAR, em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos, atual UTFPR, e Escola Técnica Federal do Paraná. O curso teve três edições (entre 2002 e 2011), e foi responsável pela formação de muitas das lideranças no Sudoeste do Paraná.

Essas ações demonstram que a mudança para práticas mais sustentáveis, na agricultura, é possível e pode trazer benefícios, tanto para as famílias agricultoras quanto para o meio ambiente. As agricultoras camponesas mencionam como o acesso à agroecologia pode ser influenciado por diversos fatores, como o convite de vizinhas, a preocupação com a saúde e a renda ou, até mesmo, por ter nascido em uma família que já a praticava. Os diálogos evidenciam a compreensão de que a agroecologia é um modo de vida que envolve um relacionamento sustentável com a natureza, em todos os níveis. Pudemos observar, de forma geral, que a agroecologia se constitui como uma prática

importante para alimentação, saúde, economia, meio ambiente e o desenvolvimento regional, e que seu acesso pode ser facilitado por meio da cooperação entre agricultoras, assistência técnica e programas governamentais de incentivo, com políticas públicas específicas.

A trajetória das agricultoras entrevistadas demonstra que a agroecologia não é apenas uma alternativa produtiva, mas também uma resistência à colonialidade do saber, que historicamente desvalorizou os conhecimentos das populações camponesas e indígenas em favor de um modelo tecnocrático e eurocentrado. Grosfoguel (2016) aponta que o epistemicídio promovido pelo colonialismo não apenas suprimiu modos de vida sustentáveis, mas também marginalizou a contribuição das mulheres para a produção e transmissão de saberes agrícolas. No entanto, como destacam Siliprandi (2015) e Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), as mulheres camponesas desempenham um papel fundamental na reconstrução da agroecologia, resgatando práticas ancestrais e incorporando novas estratégias sustentáveis, criando assim um conhecimento ancestral e dinâmico, que se apresenta como uma resistência diante dos modos de produção agrícolas hegemônicos.

Ao compartilharem saberes entre si, seja por meio da COOPERVEREDA, da assistência técnica de organizações como o CAPA e a ASSESOAR, ou das experiências individuais de transição agroecológica, essas agricultoras constroem um modelo de produção que desafia a lógica dominante e propõe uma relação mais equilibrada entre seres humanos e natureza. Como afirmam Leff (2013) e Escobar (2015), a agroecologia representa não apenas um movimento técnico, mas também um projeto político e epistêmico que contesta a imposição de um único padrão de desenvolvimento, abrindo espaço para múltiplas formas de conhecimento. Dessa maneira, ao adotarem a agroecologia, essas mulheres não apenas reafirmam sua autonomia produtiva, mas também reivindicam seu lugar como produtoras de saber, confrontando as hierarquias impostas pela colonialidade do saber e criando alternativas para um futuro agrícola mais justo e sustentável.

Portanto, a valorização dos saberes e das práticas locais, aliada à promoção da agroecologia, é fundamental para questionar a colonialidade do poder e do saber, perpetuada pela agricultura moderna colonial e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável para as agriculturas e para as comunidades agricultoras. Na próxima seção apresentamos alguns dos saberes e das práticas das agricultoras que foram entrevistadas pela pesquisa.

SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NAS VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

De acordo com Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), as mulheres estiveram presentes e protagonizaram a construção da agroecologia no Brasil: elas são a base da agricultura familiar, são as responsáveis diretas por iniciar e divulgar as experiências com agroecologia, estão presentes na pesquisa acadêmica, trabalham na assistência técnica e estão envolvidas em todos os outros campos

em que se constrói a agroecologia. Entretanto, o seu saber-fazer agroecológico e a sua presença nesse campo, muitas vezes, são invisibilizados pelo olhar hegemônico e patriarcal do paradigma dominante.

A abordagem etnográfica adotada nesta pesquisa possibilitou conversas abertas sobre as vivências e saberes das agricultoras em agroecologia, muitas vezes se estendendo por horas ou sendo divididas em vários encontros — enquanto capinávamos juntas as hortas, tomávamos chimarrão ou passeávamos pelas propriedades. Esse método permitiu que temas inesperados emergissem durante as entrevistas, como as dificuldades enfrentadas dentro de casa, as violências enfrentadas, a sobrecarga de trabalho e os impactos da agroecologia na saúde mental e na autonomia financeira das mulheres. Temas estes que não faziam parte do objetivo principal do estudo, que era compreender os saberes das mulheres na agroecologia, mas se mostraram tão importantes quanto, sendo impossível não contar o que as agricultoras gostariam de falar. Por isso, nesta seção, juntamente a discussão sobre os saberes das agricultoras na agroecologia, falaremos sobre suas vivências na agroecologia como agricultoras e como mulheres em um mundo governado por homens, em todos os sentidos. Desse modo, quando narrarmos aqui as falas das mulheres entrevistadas não identificaremos quais flores são, respeitando assim sua privacidade.

Que o mundo é governado por homens não é uma novidade, mas todas as vezes que nós como mulheres somos lembradas disso é doloroso, pois sabemos o quanto podemos contribuir para o desenvolvimento de nossas sociedades. Para nós como pesquisadoras não é diferente, por exemplo, isso ficou evidente durante o VI SOCLA, realizado entre os dias 12 e 15 de setembro de 2017, em Brasília. Estávamos presentes no evento em que se apresentou um painel intitulado “Memória da Agroecologia”, coordenado por Miguel Altieri (Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA), Manuel González de Molina Navarro (Universidad Pablo de Olavide, Espanha), Jean Marc Von Der Weid (Associação de Agricultura Familiar e Agroecologia – ASPTA) e Fernando Funes Aguilar (Estação Experimental Indio Hatuey, Cuba). Neste contexto, a ausência de mulheres na mesa e o caráter estritamente acadêmico-científico das/os participantes foram alvo de protestos e mobilizações contra a invisibilização das mulheres na história da agroecologia e na construção de saberes e conhecimentos. Pois o que seria da agroecologia sem as agricultoras guardiãs e criadoras de novos conhecimentos?

Nesse mesmo sentido, Héloïse Prévost (2019) analisa como essa ciência ainda perpetua o caráter patriarcal moderno colonial, demonstrando como o campo acadêmico da agroecologia foi construído, fazendo (auto)referência principalmente a três autores — Miguel Altieri, Charles Francis e Stephen Gliessman —, os quais são reconhecidos como seus líderes. A autora aponta para a invisibilização das mulheres nas narrativas e nas publicações acadêmicas sobre agroecologia e “como agentes agroecológicas, sujeitas sabidas e sujeitas políticas” (Prévost, 2019, p. 25).

A invisibilização das mulheres na agroecologia não se restringe ao espaço acadêmico, mas se reflete também na forma como os sistemas produtivos e organizativos são estruturados. Siliprandi (2015) aponta que, embora as mulheres sejam protagonistas na construção de modelos agrícolas sustentáveis, sua atuação continua sendo marginalizada nos espaços de decisão. Da mesma forma, Carneiro (2001) discute como o trabalho feminino na agricultura familiar e agroecológica é frequentemente tratado como “ajuda”, desconsiderando sua relevância econômica e ambiental. Vandana Shiva (2003) reforça essa crítica ao demonstrar como a Revolução Verde aprofundou esse apagamento, impondo uma monocultura global que eliminou sistemas agrícolas diversificados, historicamente geridos por mulheres. Para a autora, esse processo não apenas destruiu a biodiversidade, mas também consolidou uma "monocultura da mente", na qual os saberes tradicionais foram desqualificados e substituídos por um modelo tecnocrático controlado por grandes corporações. Assim, a exclusão das agricultoras do reconhecimento formal na agroecologia não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo da colonialidade do saber, que desqualifica conhecimentos que fogem da racionalidade hegemônica

Apesar de não serem citadas como líderes de criação de conhecimento, as agricultoras camponesas entrevistadas, como diversas agricultoras agroecológicas ao redor do mundo, são protagonistas na produção de alimentos para suas famílias e comunidades, sendo elas, frequentemente, responsáveis pelo processo de preparação da terra, semeadura, plantio de mudas, manejo e controle de plantas espontâneas, insetos e doenças, além de trabalhar na colheita. Aos homens, geralmente, ficam reservadas as tarefas de entrega ou comercialização, como salienta uma das agricultoras camponesas:

[...] mas o que é que eles querem, é a parte mais fácil, que é fazer as entregas. Então, eu acho assim, eu sempre brinco e digo que depois que eu me aposentar, eles vão pegar no pesado e eu vou fazer as entregas: vocês que trabalhem! (Entrevista realizada em 2022).

Além da divisão desigual do trabalho agrícola, algumas agricultoras relataram que essa desigualdade se estende para dentro de casa, onde acumulam a responsabilidade pelo trabalho doméstico e os cuidados familiares. Como expressou uma das interlocutoras, mesmo quando os maridos trabalhavam fora, a carga mental e emocional do dia a dia continuava recaindo sobre elas: "Muitas vezes, eu deixo de ir ali tomar um lanche para não ter que dar satisfação [...]. Meu filho tem dó dele [do esposo], que antes ele saía para os bailes e matinês, mas ninguém pensa que eu também fico sozinha" (Entrevista realizada em 2022).

Essa sobrecarga reflete a colonialidade de gênero, que impõe às mulheres camponesas a responsabilidade pelo cuidado e pelo trabalho invisível, muitas vezes sem reconhecimento ou redistribuição justa das tarefas. Como aponta Lugones (2014), a organização social do trabalho nas sociedades coloniais estruturou um modelo em que as mulheres são subordinadas tanto no espaço

público quanto no privado, sendo encarregadas da reprodução da vida, sem que isso seja compreendido como trabalho legítimo.

Outras entrevistadas relataram que, em alguns casos, a violência doméstica se manifestava não apenas fisicamente, mas também de forma econômica e psicológica, restringindo suas possibilidades de autonomia. A falta de acesso direto à renda fazia com que algumas mulheres permanecessem em relações abusivas, sem alternativas concretas de saída. "Os filhos não aceitam, porque daí ele vai ficar sozinho, eles vão ter que fazer comida pra ele, vão ter que [...] [cuidar], aí o que eu vou fazer da minha vida?" (Entrevista realizada em 2022).

A dependência econômica imposta às mulheres agricultoras camponesas não é um fenômeno isolado, mas um reflexo direto da colonialidade do poder, que estrutura a posse da terra e dos recursos produtivos nas mãos dos homens, perpetuando sua posição de controle dentro das relações familiares. Como apontam Siliprandi (2011) e Carneiro (2001), as mulheres camponesas sempre enfrentaram dificuldades no acesso à terra e ao crédito agrícola, pois a estrutura fundiária privilegia os homens como herdeiros e proprietários, enquanto as mulheres seguem sendo tratadas como auxiliares na produção. Além disso, a indivisibilidade da renda familiar reforça essa desigualdade, já que muitas agricultoras não têm controle direto sobre o dinheiro que ajudam a gerar, ficando em uma situação de constante vulnerabilidade financeira. Essa dependência econômica não apenas restringe suas escolhas, mas também as obriga a permanecer em relações abusivas, pois, em muitos casos, deixar o casamento significaria perder o direito à terra e ao próprio trabalho, uma vez que a propriedade geralmente está registrada em nome dos maridos.

Em alguns casos, a resistência da participação pública das mulheres também se alinhada à descrença no modelo agroecológico, mas se manifestava como uma forma de controle dentro das relações conjugais. Houve relatos de mulheres que enfrentaram oposição ativa dos maridos, que não apenas desconsideravam a agroecologia como viável, mas também sabiam que a independência financeira delas poderia representar uma mudança no equilíbrio de poder dentro da casa. "No início, lembro que não podia passar secante nem nada, e ele foi lá e passou, daí tive que esperar mais um tempo para certificar [...]. Ele achava que não era sério esse negócio" (Entrevista realizada em 2022).

Neste sentido, o impacto positivo da agroecologia vai além da alimentação e da geração de renda. Algumas agricultoras mencionaram a percepção de que suas hortas foram fundamentais para superar momentos de depressão e crises emocionais, especialmente diante de conflitos familiares ou situações de violência. "Então, depois de anos de tratamento, eu comecei a andar com as minhas pernas, fazer o que eu queria [...] quem me salvou foi a minha horta" (Entrevista realizada em 2022).

A contribuição das agricultoras é feita através de seus saberes, que são passados de geração em geração e são fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Desse modo, elas formam grande parte da força de trabalho dos sistemas locais, contribuindo, direta ou

indiretamente, para a economia, o abastecimento de alimentos e a soberania alimentar regionais (Cardoso; Rodrigues, 2019). Além disso, os saberes e as práticas agroecológicas das interlocutoras da pesquisa são construídos através de observações de processos que envolvem também os outros seres. Uma entrevistada contou que sempre gostou da natureza, mas não se sentia integrada a ela:

[...] como te falei, não me sentia como parte, eu não conseguia ver as relações que aconteciam. Hoje, eu consigo entender o porquê um pé de guanxuma está ali, o porquê do pé de leiteiro, o porquê a vaquinha ataca, eu consigo entender os processos [...] (Girassol, entrevista realizada em 2022).

A partir de sua fala é possível compreender que a agroecologia envolve um conhecimento sistêmico, que tem a capacidade de agregar, de construir relações com os agroecossistemas. Ela expressa o entendimento de que a agricultura não é uma atividade isolada, mas sim parte integrante de um ecossistema maior. A agricultora, ainda, afirmou: “eu consegui entender os processos e entendendo eu consigo intervir, para não perder a produção e nem prejudicar a natureza” (Entrevista realizada em 2022). Dessa forma, quando a agricultora fala sobre intervenção, ela não está se referindo a uma força dominante sobre a natureza, mas sim um ajuste sutil, de forma que ele possa se autorregular, conforme as necessidades do agroecossistema.

Essa relação explica como a agroecologia se configura para as mulheres agricultoras como práticas sustentáveis de cultivo, as quais enfrentam o sistema agroalimentar hegemônico, que foi consolidado através da violência colonial. Esse olhar fronteiriço que direciona novas possibilidades de relação dos seres humanos com a natureza, traz à tona um projeto de vida ancestral, baseado na organização horizontal e colaborativa (Anzaldúa, 2016; Escobar, 2015). Os saberes agroecológicos são partilhados e estão em movimento, são repassados através das gerações.

Para as interlocutoras, o acesso aos conhecimentos que provêm de familiares ou de técnicas tem o mesmo peso e importância. Uma delas declara: “Eu faço o uso de uma calda de alho e pimenta, eu digo, são as bruxarias da técnica. A [técnica] pesquisava e via que essas coisas funcionavam, e a gente fazia” (Entrevista realizada em 2022). Além disso, é possível observar a curiosidade e o iniciativa ao buscar informações na troca de experiências com as outras agricultoras e na internet, buscando opções que tornem o trabalho nas hortas menos exaustivo, como relatou uma das agricultoras:

Não adianta trabalhar na enxada, porque é agroecológico. Não estou dizendo que tem que passar veneno, mas vamos procurar, deve ter outras coisas, vamos pesquisar na internet, vamos visitar feiras para conhecer, vamos para outros estados, vamos fazer intercâmbio, vamos guardar dinheiro para ir lá investigar, conhecer, isso que eu falo. Vamos ver um mini trator, uma roçadeira para passar no meio das frutas, fazer mais ligeiro. Tem que ter tecnologia, tem que ter, não é porque você é agroecológico que vai tá lá na época das pedras [...] (Entrevista realizada em 2022).

As entrevistas e observações revelaram diversos aspectos ligados a uma ecologia de práticas. Conforme Stengers (2005) argumenta, as práticas científicas estão intrinsecamente ligadas às práticas sociais, culturais e políticas em que estão imersas. Ela sugere que a ciência deve ser encarada como um conjunto de práticas situadas e contingentes, em vez de um conhecimento universal e objetivo. A autora enfatiza a necessidade de questionar a autoridade científica e o poder do sistema de conhecimento dominante, incentivando um diálogo mais aberto com outras formas de sabedoria e com a sociedade em geral. Assim, a ecologia de práticas propõe uma abordagem mais situada, crítica e reflexiva em relação à ciência, considerando o contexto social e político de sua produção e suas implicações para a sociedade (Stengers, 2005).

Notamos que as agricultoras aprendem com suas experimentações, como em “verdadeiros laboratórios experimentais informais” (León, 2004, p. 222). As experiências das agricultoras também podem possibilitar a descolonização do conhecimento (Cusicanqui, 2010), pois há um movimento de ruptura com as técnicas e as práticas difundidas pelo sistema agrícola moderno da *Plantation* e da Revolução Verde. Observar os saberes das agricultoras é especialmente importante, devido à estrutura social dos espaços rurais, onde diversas vezes suas vozes foram caladas e seus conhecimentos subestimados ou desqualificados.

As interlocutoras ressaltam também a importância da comercialização nos programas governamentais PNAE e PAA, que abrangem diversos alimentos locais e orgânicos, como hortaliças, verduras e frutas. Elas também destacam o impacto positivo dessas políticas públicas nas famílias, tanto para a economia local quanto para a qualidade da alimentação nas escolas, proporcionando oportunidades de renda e autonomia para mulheres que cultivam hortas agroecológicas. Uma das agricultoras enfatiza a necessidade de promover a educação alimentar entre estudantes e professores, ressaltando também a importância de envolver toda a comunidade escolar na preparação dos alimentos.

Nas falas delas, identificamos preocupações com a saúde humana e com a sustentabilidade ecológica, que são centrais na agroecologia. As agricultoras camponesas têm consciência da necessidade de uma alimentação, com menos açúcar, gorduras e produtos alimentícios industrializados. Além disso, uma das agricultoras mencionou a tentativa de integrar diferentes práticas ecológicas, como o cultivo de flores e plantas medicinais, em conjunto com as alimentares. Destacando a importância da diversificação de cultivos para garantir a renda e a sobrevivência das famílias agricultoras, o que é consistente com a abordagem agroecológica que valoriza a diversidade de espécies e os sistemas agrícolas. Nesse sentido, a abordagem integrada dos saberes e das práticas das agricultoras é um aspecto fundamental da agroecologia.

O saberes repassados pelos órgãos de assessoria técnica é igualmente importante para as agricultoras camponesas. Elas relataram que entender como as plantas absorvem a água, o sol e os

nutrientes do solo favoreceu suas decisões na hora de escolher onde e como plantar as mudas. Aprenderam, também, que nem sempre as mudas vendidas nas agropecuárias são próprias para o plantio da estação vigente:

[...] a gente pegava a muda, colocava-a na terra e não desenvolvia, porque nessas agropecuárias eles vendiam muitas mudas que eram do verão, vendiam no inverno, que daí tu colocava ali e ficava parado, não sai do chão. Então, eu sofri bastante com essa parte [...] (Entrevista realizada em 2022).

Entretanto, o conhecimento difundido pelas assessorias técnicas também tem suas limitações. Em uma das entrevistas, a agricultora contou que questionou o conhecimento repassado pelo agrônomo que a visitou. Segundo ela, o técnico havia aconselhado instalar apenas uma bomba de água para irrigar a horta, entretanto, ela questionou essa orientação, pois sabia que apenas uma bomba não daria conta de irrigar toda a horta.

É essencial ressaltar que os saberes e práticas das agricultoras abrangem não apenas o cultivo e processamento de alimentos, mas também a comercialização e gestão financeira. Elas enfatizam a importância de um atendimento de qualidade aos consumidores, ligando a excelência da produção a um serviço de comercialização eficiente. Apresentaram seu sistema organizacional e de controle de vendas, destacando o cuidado na gestão das dívidas dos clientes e na manutenção de registros precisos de custos e receitas. Seu conhecimento abarca desde o uso adequado de ferramentas até o manejo correto das hortaliças para higienização e transporte, demonstrando uma preocupação genuína com a produção sustentável e a preservação do meio ambiente.

Quando relacionamos suas práticas e suas vivências, percebemos que a agroecologia transforma não só o seu modo de cultivo, mas, também, o seu modo de vida e de se relacionar com o meio ambiente, com outras pessoas e consigo mesmas. A maioria das interlocutoras da pesquisa demonstrou que a sua saúde e de suas famílias melhorou pela prática da agroecologia, não só devido ao consumo de alimentos mais saudáveis, mas, também, pelos benefícios terapêuticos da agricultura. Elas explicitam como a horta é uma terapia e que trabalhar com as plantas e a terra pode mudar completamente sua perspectiva e seu estado de espírito:

[...] eu falo para todo pessoal que vem aqui: “a horta é uma terapia”. Você pode estar deprimido, você pode estar desanimado com tudo, você vai lá, começa a mexer lá, começa a plantar, tua cabeça parece que fica bem diferente, muda totalmente [...] tem fases que você levanta assim, e nossa, parece que o mundo todo vai despencar. Aí você vai para lá, vai para horta. Eu saio lá de casa, fecho a porta, deixo, às vezes, as coisas ainda na mesa. Quando você volta, tá bem diferente, parece que a terra tira do teu corpo aquele peso, aquela coisa ruim que você tem. E, para mim, a minha horta tem sido uma terapia muito grande (Entrevista realizada em 2022).

Também, foi possível notar a importância da horta e da alimentação saudável para a sua família, em especial seus netos: “[...] porque tem meus netos que vão lá e pegam as coisas da horta e comem” (Entrevista realizada em 2022). Ela ressalta como, em sua percepção, os alimentos cultivados

sem veneno trazem benefícios para a saúde, como o controle do diabetes, e enfatiza a qualidade e o sabor dos alimentos produzidos localmente. A agricultora demonstra como as pessoas podem viver bem com a natureza e valorizar as relações comunitárias, priorizando a saúde e o bem-estar, através de escolhas alimentares conscientes e de cuidados com o meio ambiente.

O uso de agrotóxicos, para elas, é uma grande preocupação, pois compreendem que eles provocam diversas doenças. Uma das agricultoras contou que a mãe do seu esposo teve problemas de saúde, como hemorragia e gastrite, que podem estar relacionados ao consumo de alimentos contaminados por venenos. A agricultora falou sobre a necessidade de uma alimentação saudável relatando que a utilização de agrotóxicos é uma prática comum na região em que vive: "[...] porque era tudo, tudo passado veneno, todo lugar que você andava era passado veneno" (Entrevista realizada em 2022), movimento que tem consequências negativas não só para a saúde, mas, também, para a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.

Uma agricultora compartilhou uma história pessoal profunda, destacando como a agricultura agroecológica impactou sua saúde mental. Enfrentando depressão grave e pensamentos suicidas devido a conflitos em seu relacionamento e família, ela encontrou alívio ao começar a trabalhar em sua horta e gerar sua própria renda. A agroecologia proporcionou propósito, aumento de renda e qualidade de vida, além de um espaço de apoio com outras agricultoras. Ela atribui essas mudanças à prática, que, em sua percepção, lhe proporcionou acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, além de lhe dar um senso de propósito, ajudando a melhorar sua saúde mental.

A experiência com a agroecologia revela que as práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para a saúde mental das agricultoras, oferecendo benefícios econômicos e de saúde além dos ambientais. A agricultura sustentável não apenas contribui para a melhoria do meio ambiente, mas também para o bem-estar das agricultoras, suas famílias e comunidades. A agroecologia proporciona acesso à renda, liberdade econômica, alimentos saudáveis e melhorias na saúde, como evidenciado pela experiência compartilhada. Sua história destaca o potencial da agricultura agroecológica para promover a sustentabilidade ambiental e social, ressaltando a importância de reconhecer as interconexões entre esses aspectos.

Contudo, a rotina das interlocutoras é de muito trabalho e dedicação. Elas assumem a agroecologia não só como um modo de produção, mas, também, como um modo de vida. Para elas a agroecologia é uma forma de sobrevivência e geração de renda, já que todo seu sustento vem da horta. A agricultora planta, prepara e comercializa os alimentos, além de fazer a gestão da renda. Ela destaca que a produção mensal de hortaliças é importante para garantir uma renda constante, diferente da produção de monoculturas (como milho e soja), que levam mais tempo para serem colhidas e precisam de um investimento econômico muito maior.

As agricultoras camponesas mencionam a dificuldade de fazer agroecologia em uma área pequena e com muitos processos manuais, mas enfatizam que a comercialização de alimentos e produtos orgânicos pode gerar mais renda do que a venda de produtos convencionais, que utilizam agrotóxicos. O acesso à renda, também, garante que as mulheres aprendam a importância de administrar o dinheiro:

[...] por menor que seja a renda, se você souber administrar o teu dinheiro com salário-mínimo, você vive [...] hoje é muito, muito importante que as mulheres tenham essa visão, e consigam se ver e se apoiar entre si mesmas (Entrevista realizada em 2022).

Fica evidente a importância da agroecologia na vida dessas mulheres, proporcionando não apenas uma relação respeitosa com a terra, muitas vezes transmitida de geração em geração, mas também benefícios significativos para sua saúde, de suas famílias e acesso à renda, promovendo maior autonomia e independência. Assim, percebemos que os benefícios da agroecologia vão além do fornecimento de alimentos saudáveis para comunidades rurais e urbanas, abrangendo também melhorias na qualidade de vida e bem-estar, especialmente para as agricultoras. As participantes da pesquisa ressaltaram os benefícios para a saúde mental e emocional, destacando o sentimento de conexão com a natureza e a produção de alimentos sustentáveis e saudáveis.

No entanto, a invisibilização das mulheres agricultoras na construção da agroecologia não é apenas um reflexo das desigualdades estruturais, mas uma manifestação da colonialidade do saber, que desqualifica epistemologias enraizadas na experiência, na oralidade e na prática cotidiana (Siliprandi, 2015). Como destaca Quijano (2005), o poder colonial não se limitou à exploração econômica, mas também impôs uma hierarquia de conhecimentos, na qual os saberes dos povos colonizados foram desconsiderados em favor de uma racionalidade moderna eurocêntrica. Essa hierarquia atravessa a agroecologia, perpetuando a ideia de que o conhecimento técnico-científico tem mais valor do que os saberes populares transmitidos entre gerações por mulheres camponesas.

Ao mesmo tempo, a colonialidade do gênero (Lugones, 2014) reforça essa exclusão, ao relegar as mulheres a um papel secundário, associando-as à esfera do cuidado e desqualificando sua atuação na produção de alimentos e na construção de sistemas agroecológicos. No entanto, as experiências das agricultoras entrevistadas demonstram que seu saber-fazer agroecológico desafia essa lógica, pois combina conhecimento empírico, experimentação e articulação coletiva para criar práticas sustentáveis e socialmente justas. Ao reivindicarem o direito de narrar suas próprias experiências e construir redes de compartilhamento de saberes, elas questionam a colonialidade do poder e do ser, afirmando-se como sujeitas epistêmicas e políticas em um campo historicamente dominado por homens. Dessa forma, suas práticas não apenas garantem a produção de alimentos saudáveis, mas também constituem atos de resistência à imposição de um modelo hegemônico de conhecimento, reafirmando a centralidade das agricultoras na transição agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta pesquisa era compreender os saberes das mulheres agricultoras na agroecologia, analisando como esses conhecimentos são construídos, transmitidos e aplicados no dia a dia das agricultoras camponesas vinculadas à COOPERVEREDA. No entanto, ao longo das entrevistas e da convivência com as interlocutoras, tornou-se evidente que a agroecologia não pode ser dissociada das relações de gênero e das violências estruturais que permeiam a vida dessas mulheres. As conversas trouxeram à tona não apenas suas práticas e conhecimentos agroecológicos, mas também suas vivências de sobrecarga de trabalho, violências domésticas, dificuldades de acesso à renda e exclusão dos espaços de decisão. Assim, a pesquisa se ampliou para abarcar não apenas os saberes agroecológicos, mas também os desafios que essas agricultoras enfrentam em um mundo ainda estruturado pela colonialidade do poder, do saber e do gênero.

Os relatos revelaram que, mesmo inseridas em um modelo produtivo que busca a autonomia e a sustentabilidade, as agricultoras continuam submetidas às hierarquias patriarcais, tanto no ambiente familiar quanto no contexto da produção e comercialização. A agroecologia, apesar de representar um espaço de resistência e transformação, não elimina automaticamente as desigualdades estruturais, e muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para romper com a dependência econômica e afirmar sua voz nos espaços de decisão. No entanto, a participação em redes de apoio, como a própria COOPERVEREDA e organizações como o CAPA e a ASSESOAR, mostrou-se essencial para fortalecer sua autonomia e possibilitar trocas de saberes que vão além do conhecimento técnico, englobando também estratégias de resistência e construção coletiva.

A pesquisa evidenciou que a agroecologia pode ser uma ferramenta poderosa de enfrentamento à colonialidade do saber, ao reconhecer e valorizar os conhecimentos ancestrais das agricultoras, frequentemente desconsiderados pela ciência moderna e pelo agronegócio hegemônico. No entanto, essa valorização ainda não se traduz plenamente em reconhecimento social e econômico, pois muitas agricultoras continuam sendo vistas como ajudantes dentro das propriedades e encontram barreiras para acessar direitos básicos, como a titularidade da terra e o crédito rural. Além disso, a divisão sexual do trabalho segue presente, com os homens frequentemente assumindo as tarefas ligadas à comercialização e às decisões estratégicas, enquanto as mulheres permanecem sobrecarregadas com o cultivo e o trabalho doméstico.

Diante desse cenário, a pesquisa reafirma a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas para as mulheres agricultoras, garantindo não apenas o reconhecimento de seu trabalho, mas também condições efetivas para sua autonomia econômica e social. Além disso, destaca-se a importância da continuidade dos esforços coletivos das agricultoras em redes agroecológicas, que possibilitam não apenas a troca de experiências, mas também formas concretas de enfrentamento às

estruturas patriarcais e coloniais que ainda limitam seu pleno reconhecimento como sujeitos de saber e de transformação.

Concluindo, esta pesquisa trouxe reflexões fundamentais sobre a interseção entre agroecologia, gênero e colonialidade, demonstrando como as agricultoras da COOPERVEREDA resistem e reinventam suas práticas em um contexto que, muitas vezes, as silencia e marginaliza. Recomenda-se que estudos futuros aprofundem a análise da relação entre os saberes agroecológicos e as formas de resistência das mulheres camponesas, explorando como esses processos podem contribuir para transformações sociais mais amplas rumo a uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: la nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016. Tradução de Carmen Valle Simón.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília, 2009.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v.6, n. 4, p. 1-4, 2019.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. La Paz: Tinta Limón Ediciones, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 89-100, 2015

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, p. 25-49, 2016

GUAZZELLI RIBEIRO 2016 GUAZZELLI, Maria José; RIBEIRO, Silvia. Novas Tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian (Orgs.). *Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: UTFPR, 2016.

- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995
- LA CADENA, Marisol de. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 69, p. 95-117, 2018
- LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- LEÓN, Irene. De mujeres, vida y semillas. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.) *Semillas: patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad*. Quito: Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – CLOC, 2004
- LEFF 2013 LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 29-64, 2013.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-953, set./dez. 2014.
- MAZOYER E ROUDART 2010 MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- MOREIRA FERREIRA SILIPRANDI MOREIRA, Sarah Luíza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAROCAVARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. *Agroecología em feminino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. La Paz: SOCLA, 2018.
- PETERSEN, Paulo. A agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIERDELI, Paulo André; ALMEIDA, Luciana; VEZZANI, Fabiane Machado. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- PRÉVOST, Héloïse. Agroecologia, uma ciência “norma(l)acho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Pernambuco, ano 8, v. 2, n. 15, p. 1-20, jul./dez. 2019
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Editora Gaia, 2003
- SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento Iberoamericano*, Espanha, n. 9, p.169-183, 2011.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: notas sobre um nuevo paradigma educativo. *Tabula Rasa*, Bogotá-Colômbia, n. 16, p. 131-152, 2012.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agron. Sustain. Dev.*, [s.l.], v. 29, p. 503-515, 2009.